

# Um ano após acordo, TJ-SP consegue extinguir 5,7 milhões de execuções fiscais

Um ano após a [celebração do Acordo de Cooperação Técnica](#) com o Conselho Nacional de Justiça, a Procuradoria-Geral do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e prefeituras paulistas, o projeto Execução Fiscal Eficiente, do [Tribunal de Justiça de São Paulo](#), atinge um marco histórico: mais de 5,7 milhões de execuções fiscais extintas — quase o triplo da meta inicial, de dois milhões de processos.

A iniciativa racionaliza a cobrança da dívida ativa e contribui para a desjudicialização de ações sem viabilidade de recuperação de crédito, aliviando o Judiciário e gerando impactos positivos em escala nacional.

No início de 2024, as execuções fiscais representavam 62% dos 20,5 milhões de processos em andamento no TJ-SP (hoje são 47% de 18,6 milhões).

A maioria estava relacionada a dívidas de baixo valor, inferiores ao próprio custo de tramitação da ação (R\$ 10 mil, de acordo com estudo da Fipe).

Com base no julgamento do [Tema 1.184](#) pelo Supremo Tribunal Federal, na [Resolução CNJ 547/24](#) e a partir do [Provimento CSM 2.738/24](#), o tribunal estruturou um plano de ação para extinção de processos, combinando critérios jurídicos objetivos, articulação institucional e uso de tecnologia.

De acordo com os normativos, podem ser extintas ações com valores inferiores a R\$ 10 mil, sem movimentação há mais de um ano, sem citação do devedor e/ou sem bens penhoráveis.

## Congestionamento em queda

Outro resultado do primeiro ano de trabalho é a queda expressiva da Taxa de Congestionamento: de 81% para 64% no TJ-SP, com reflexos na TC nacional: de 71% para 66% na Justiça estadual brasileira (dados do DataJud).

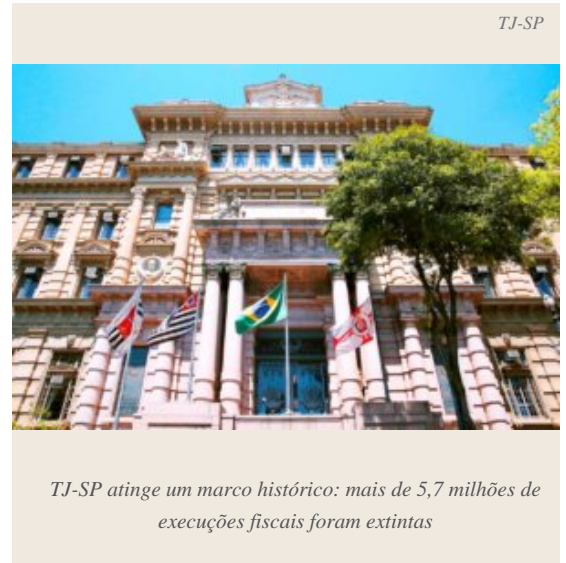
O presidente do TJ-SP, desembargador **Fernando Antonio Torres Garcia**, o coordenador do Núcleo de Cooperação Judiciária para Tratamento Adequado da Alta Litigiosidade Tributária, desembargador **Marcelo Lopes Theodosio**, e a coordenadora-adjunta, juíza **Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro**, reuniram-se por videoconferência com mais de 300 magistrados em todas as regiões do estado, para explicar os fluxos de trabalho e estimular o diálogo direto com as procuradorias municipais, para que pudessem aderir ao ACT.

“Esse trabalho não apenas viabilizou extinções em lote, mas também incentivou o protesto extrajudicial como alternativa à judicialização. Prefeituras que adotaram outros tipos de cobrança de crédito apresentaram aumento significativo na arrecadação, beneficiando diretamente a sociedade”, disse Navarro. Mais de 170 prefeituras já aderiram ao acordo de cooperação técnica ([clique aqui](#) para ver a lista).

Os normativos também impõem condições para o ajuizamento de novas execuções fiscais. É preciso a tentativa prévia de cobranças administrativas antes da distribuição de uma ação, como a conciliação, parcelamento de dívidas, protesto, entre outros.

De acordo com as estatísticas, essas medidas reduziram em 64% os números de casos novos: foram 1,3 milhão em 2023 e 499 mil em 2024. *Com informações da assessoria de imprensa do TJ-SP.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mai-13/um-ano-apos-acordo-tj-sp-consegue-extinguir-57-milhoes-execucoes-fiscais/>



*TJ-SP atinge um marco histórico: mais de 5,7 milhões de execuções fiscais foram extintas*